

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


PARECER JURÍDICO Nº 078/2015 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI
Nº 078/2015, PROCESSO Nº 14413-401-15.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 078/2015, de autoria da nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, que denomina de "Henrique Pinhat" a Praça localizada na Rua M-4-A, em confluência com a Rua M-4 e Avenida M-17, Vila Martins.

No tocante à denominação de próprios, vias e logradouros públicos, a Lei Orgânica do Município de Rio Claro exige o cumprimento dos seguintes requisitos:

1) Que a denominação não seja procedida com o nome de pessoas vivas (artigo 296). No caso, foi juntada declaração de óbito do homenageado.

2) Que a denominação somente poderá ocorrer depois de concluída a construção do patrimônio, quando for o caso (artigo 106, Parágrafo único).



201

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

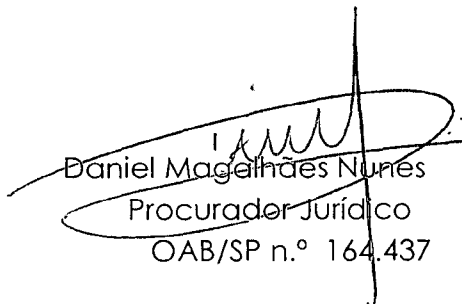
3) Que o próprio ou via pública ainda não tenha denominação.

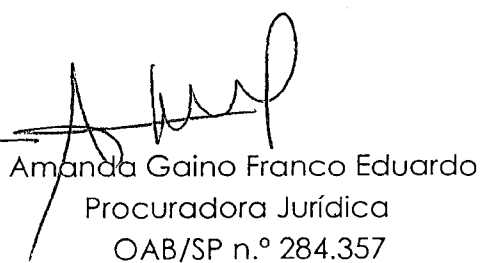
Portanto, esta Procuradoria Jurídica solicita, em caráter de urgência, que seja oficiado ao Poder Executivo Municipal indagando o seguinte:

a) Se a citada Unidade já tem denominação própria e se está devidamente concluída.

Outrossim, com a resposta afirmando que a Unidade de Pronto Atendimento em questão não tem denominação e que já está concluída, o Projeto de Lei em apreço se revestirá de legalidade.

Rio Claro, 8 de maio de 2015.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP n.º 164.437


Amanda Gaino Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP n.º 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 078/2015

PROCESSO 14.413

PARECER Nº 070/2015

O presente Projeto de autoria do nobre vereador Paulo Marcos Guedes, denomina de "Henrique Pinhat" a praça localizada na Rua M-4-A em confluência com a Rua M-4 e Avenida M-17 – Vila Martins.

Esta Comissão **legalidade** do presente Projeto de Lei tendo em vista o Parecer do Jurídico desta Casa e a resposta do Executivo.

Rio Claro, 12 de agosto de 2015 .



Agnelo da Silva Matos Neto



Anderson Adolfo Christofolletti
Relator



Paulo Marcos Guedes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 078/2015

PROCESSO 14.413

PARECER Nº 59/2015

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, denomina de “**Henrique Pinhat**” a praça localizada na Rua M-4-A em confluência com a Rua M-4 e Avenida M-17, Vila Martins.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do presente Projeto de Lei.

Rio Claro, 24 de setembro de 2015.



José Julio Lopes de Abreu



José Pereira dos Santos
Relator



Sérgio Moracir Calixto

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 078/2015

PROCESSO 14.413

PARECER Nº 051/2015

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, denomina de “Henrique Pinhat” a praça localizada na Rua M-4-A em confluência com a Rua M-4 e Avenida M-17 – Vila Martins.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do presente Projeto de Lei.

Rio Claro, 12 de agosto de 2015.



Agnelo da Silva Matos Neto



Anderson-Adolfo Christofolletti
Relator



Dalberto Christofolletti



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Ofício 847/2015

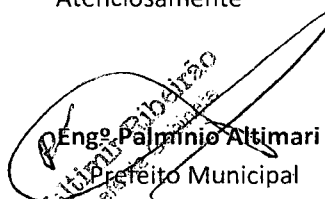
Rio Claro, 02 de julho de 2015

Excelentíssimo Sr

Em atenção ao requerido no projeto de Lei nº 078/2015, informamos ao nobre Presidente desta prestigiosa Casa de Leis, que conforme informações da Secretaria Municipal de obras, a referida Praça não possui denominação.

Sem mais, aproveitamos para reiterar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente


Engº Palminio Altimari Filho
Chefe do Executivo Municipal

Exmo Sr

JOÃO LUIZ ZAINE

DD. Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro

RIO CLARO- SP

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 105/2015

Institui no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Dia Municipal do Voluntariado.

Artigo 1º - Fica instituído no Calendário Oficial do Município de Rio Claro o Dia Municipal do Voluntariado, a realizar-se anualmente no dia 28 de agosto.

Artigo 2º - Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 30 de julho de 2015


JOÃO LUIZ ZAINÉ
Vereador

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Em 1985, foi criado no Brasil o Dia Nacional do Voluntário, através da Lei Nº. 7.352 da Presidência da República, que é comemorado no dia 28 de agosto.

Os voluntários são pessoas que doam seu tempo para realizar trabalhos sem fins lucrativos em benefício de alguém como crianças, idosos, deficientes físicos, pessoas especiais, ou de algo, como o meio ambiente e patrimônios históricos.

O trabalho voluntário ao mesmo tempo em que exerce uma ação de generosidade e doação resulta também em novas experiências e conhecimentos, nessa dedicação vem a sensação de sentir-se útil, criando vínculos de amor ao próximo, cidadania e fortalecimento do sentido comunitário.

Esta data serve para homenagear e destacar o trabalho das pessoas e entidades que atuam como voluntárias em diversas causas para o bem da comunidade.

Desse modo, acreditamos que esta proposição atende ao interesse público em suas várias dimensões, merecendo, por conseguinte, o assentimento e apoio dos Nobres Pares.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 105/2015 – REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 105/2015, PROCESSO Nº 14454-441-15.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 105/2015, de autoria do nobre Vereador João Luiz Zaine, que institui no Calendário Oficial do Município de Rio Claro o Dia Municipal do Voluntariado.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

A iniciativa dos Projetos de Lei pode partir dos próprios cidadãos, Prefeito, Vereadores, Comissões ou até mesmo da Mesa, tudo em conformidade com o estabelecido no Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro (art. 134) e na Lei Orgânica do Município (art. 44).

Por este motivo, o Poder Legislativo possui, por meio dos seus Vereadores, legitimidade ativa para iniciar o processo de formação de leis.

R10
209

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Vale mencionar, que o presente Projeto de Lei institui o Dia do Voluntariado no município de Rio Claro, que será realizado anualmente no dia 28 de agosto de cada ano.

Neste sentido, o Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço **reveste-se de legalidade.**

Rio Claro, 06 de agosto de 2015.


Daniel Magalhães-Nunes

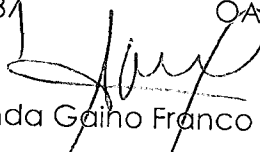
Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaiho Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

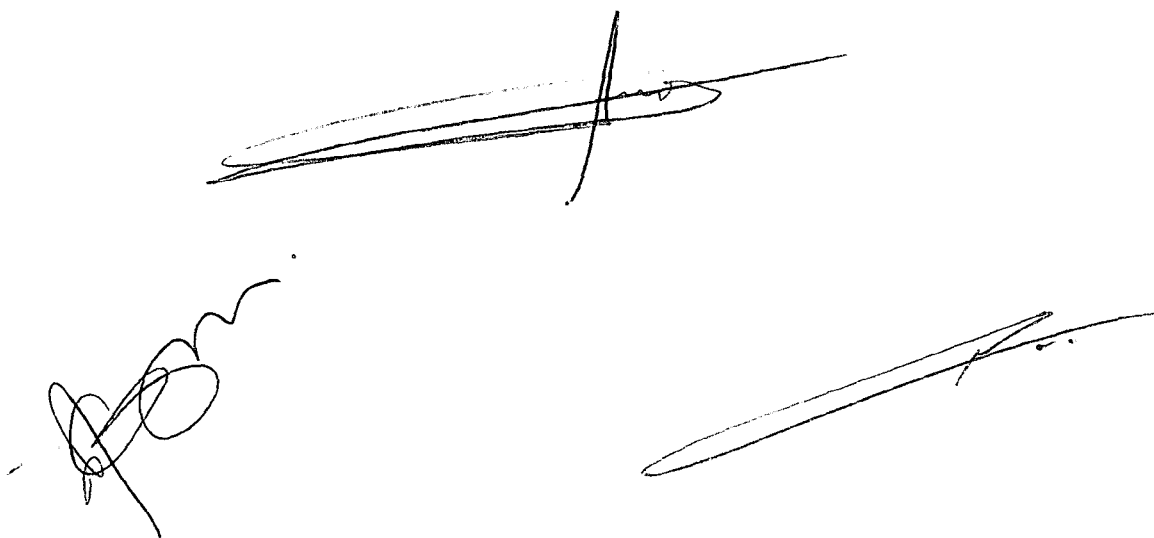
PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 105/2015

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador João Luiz Zaine – Institui no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Dia Municipal do Voluntariado.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 10 de dezembro de 2015.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2015

Revoga o Decreto Legislativo nº235 de 14 de Agosto de 2001.

Artigo 1º - Revoga o Decreto Legislativo nº 235 de 14 de Agosto de 2001.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 30 de julho de 2015.


JOÃO LUIZ ZAINE
Vereador



DECRETO LEGISLATIVO Nº 235

PROCESSO Nº 11005

PROJ.DEC.LEGISLATIVO Nº 003/2001

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL,
aprovou e eu promulgo o seguinte


DECRETO LEGISLATIVO

(Institui a Semana do Trabalho Voluntário).

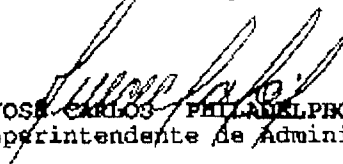
Artigo 1º - Fica instituído a Semana do Trabalho Voluntário, a última semana do mês de abril de cada ano.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 14 de agosto de 2001.


VALDIR NATALINO ANDREETA
-Presidente-

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.


DR. JOSÉ CARLOS PHILADELPHO MACHADO
-Superintendente de Administração-

Projeto de autoria do Vereador Nilson Ferreira de Lima.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
22/2015 – PROCESSO Nº 14455-442-15.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2015, de autoria do nobre Vereador João Luiz Zaine, que revoga o Decreto Legislativo n.º 235 de 14 de agosto de 2001.

Primeiramente, vale salientar, que não cabe a esta Procuradoria analisar a conveniência da proposta contida no Projeto de Lei em apreço, mas apenas o seu aspecto jurídico.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal no artigo 3º, inciso XII, do atual Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no art. 15, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro, os quais dispõem que a Câmara Municipal deliberará, mediante resolução, sobre assuntos de sua economia interna e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de decreto legislativo.



018  214

Câmara Municipal de Rio Claro

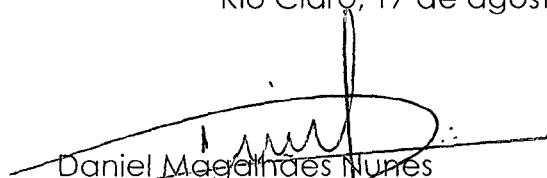
Estado de São Paulo

Ademais, a revogação de uma NORMA significa a cessação (finalização) da sua vigência formal. A revogação acontece por meio da edição de outra norma e compreende tanto a ab-rogação (revogação total) como a derrogação (revogação parcial). O costume não revoga, nem derroga a mesma.

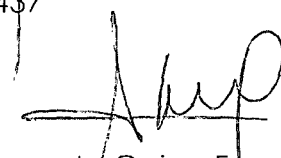
Por isso, para ocorrer a revogação do Decreto Legislativo n.º 235/2001, faz-se necessário a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Decreto Legislativo em apreço reveste-se de legalidade.

Rio Claro, 17 de agosto de 2015.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP n.º 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 022/2015

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador João Luiz Zaine – Revoga o Decreto Legislativo nº 235 de 14 de Agosto de 2001

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 10 de dezembro de 2015.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Decreto Legislativo Nº 26/2015

(Dispõe sobre a instituição do Diploma “Cidade e Memória” no âmbito da Câmara Municipal de Rio Claro e dá outras providências).

Art. 1º - Fica instituída a honraria “Diploma Cidade e Memória”, com o objetivo de identificar, destacar, valorizar, incentivar, encorajar e homenagear pessoas e instituições que demonstram cuidado na preservação de nossa cultura pela manutenção de bens imóveis que constituem elementos do Patrimônio Histórico Material de Rio Claro.

Art. 2º - O Diploma “Cidade e Memória” da Câmara Municipal de Rio Claro será simbolizado pela entrega de um Certificado.

Art. 3º - A honraria ora instituída será entregue em Sessão Solene a se realizar por ocasião das comemorações do Aniversário de Rio Claro, comemorado anualmente em 24 de junho.

§ 1º – Caberá à Mesa da Câmara, no início do ano, comunicar aos Vereadores para que possam indicar os homenageados.

§ 2º – poderão ser indicadas pessoas físicas ou jurídicas, proprietários ou aqueles que utilizam o imóvel em referência.

Art. 4º - Para entrega da honraria ora instituída serão adotados os seguintes procedimentos:

§ 1º – Cada Vereador poderá indicar um homenageado(a), mediante proposta que deverá conter o nome completo, a qualificação do candidato à homenagem, o endereço do imóvel preservado e sua descrição.

§ 2º – A indicação será levada aos Membros da Mesa, por meio de ofício protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, até a primeira Sessão Ordinária do mês de maio;

§ 3º – Após apreciação dos imóveis indicados, em posse do nome dos homenageados a Mesa tomará as providências junto a Secretaria para a confecção dos diplomas e convites.

§ 4º - Quando dois ou mais Vereadores indicarem o (a) mesmo homenageado, terá preferência aquele que apresentou a primeira indicação, orientando-se pelo número do Protocolo da Casa.

Art. 5º - Da honraria ora instituída deverá constar o seguinte dizeres: “A Câmara Municipal de Rio Claro confere o presente “Diploma Cidade e Memória” em reconhecimento a seu exemplo e dedicação em contribuir na preservação da memória e da nossa história”.

Parágrafo Único – O Diploma Cidade e Memória será assinado pelo Presidente da Câmara e pelo(a) Vereador(a) proponente ao nome do(a) homenageado(a).

217

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Art. 6º - Na Sessão Solene em que se fizer a entrega da honraria ora instituída, cada Vereador entregará o Diploma ao (a) homenageado (a) que indicou, podendo cada qual fazer uso da palavra por um minuto para efetuar explanação de motivos pela escolha.


Parágrafo Único – Da mesma forma, cada homenageado (a) disporá de um minuto para efetuar agradecimentos e explanações gerais acerca do recebimento da honraria.

Art. 7º - O Vereador que não puder estar presente na Sessão Solene poderá indicar um representante para entrega do Diploma a seu (sua) homenageado (a).

Art. 8º - As referidas despesas decorrentes da execução desse Decreto Legislativo correrão por conta das dotações consignadas no orçamento ou suplementadas, se necessário.

Art. 9º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Claro, 21 de setembro de 2015


RAQUEL PICELLI BERNARDINELLI
Vereadora


MARIA DO CARMO GUILHERME
Vereadora

Câmara Municipal de Rio Claro


Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26/2015, PROCESSO Nº 14483-470-15.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 26/2015, de autoria das nobres Vereadoras Raquel Picelli Bernardinelli e Maria do Carmo Guilherme, que dispõe sobre a instituição do "Diploma Cidade e Memória" no âmbito da Câmara Municipal de Rio Claro e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

O objetivo do projeto é identificar, destacar, valorizar, incentivar, encorajar e homenagear pessoas e instituições que demonstram cuidado na preservação de nossa cultura pela manutenção de bens imóveis que constituem elementos do Patrimônio Histórico Material de Rio Claro.

R1P 
219

Câmara Municipal de Rio Claro

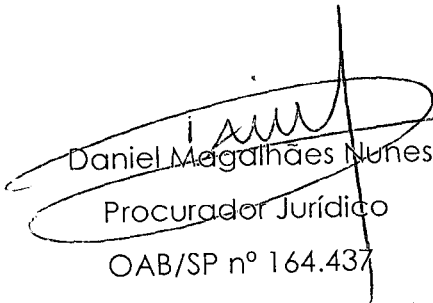
Estado de São Paulo

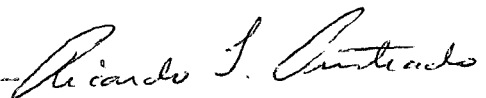
No aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal no artigo 3º, inciso XII, do atual Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no art. 15, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro, os quais dispõem que a Câmara Municipal deliberará, mediante resolução, sobre assuntos de sua economia interna e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de decreto legislativo.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Decreto Legislativo em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 24 de setembro de 2015.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

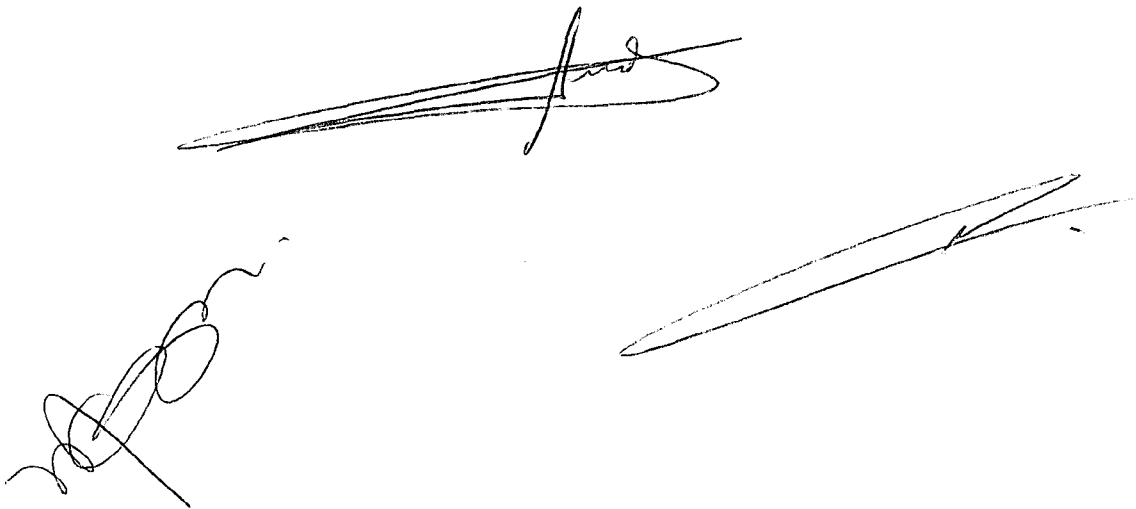
PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 026/2015

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria das Vereadoras Raquel Picelli Bernardinelli e Maria do Carmo Guilherme – Dispõe sobre a instituição do Diploma “Cidade e Memória” no âmbito da Câmara Municipal de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 10 de dezembro de 2015.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Decreto Legislativo Nº 27 / 2015

(INSTITUI NO MUNICIPIO DE RIO CLARO, A MEDALHA DE MERITO AOS BANDEIRANTES).

Artigo 1º- Fica instituída a Medalha de Mérito aos Bandeirantes, a ser concedida aos integrantes do movimento Bandeirantes filiados a Federação de Bandeirantes do Brasil como homenagem e reconhecimento do Município de Rio Claro pelo mérito pessoal, bons serviços prestados a cidade ou serviços dignos de especial destaque, valor desportivo, cultural e bandeirantismo.

Artigo 2º- A medalha de Mérito aos Bandeirantes é constituída por um colar nas cores azul e branco, formado por uma medalha de 70 mm (setenta milímetros), tendo no centro o brasão do Município de Rio Claro, circulando pela inscrição: MEDALHA DE MERITO AOS BANDEIRANTES-CAMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO-SP, no verso da medalha deverá constar data e nome do homenageado, conforme o modelo e a descrição constantes do anexo único integrante deste decreto.

Artigo 3º- A homenagem será concedida pela Câmara Municipal de Rio Claro.

Parágrafo Único – A proposta deverá conter os dados completos do membro do movimento dos Bandeirantes, juvenil ou adulto, a ser agraciado, com a indicação das respectivas razões, condecorações que eventualmente lhe tenham sido outorgada e outros dados julgados necessários, registro atualizado no cadastro da Federação de Bandeirantes do Brasil, bem como um breve currículo.

Artigo 4º - As concessões disciplinadas neste decreto serão registradas em livro próprio, denominado Livro Tombo de Registro da Medalha de Mérito aos Bandeirantes, que será assinado pelo homenageado e ficará sob custódia do cerimonial da Câmara Municipal.

Artigo 5º- As concessões disciplinadas neste decreto serão concedidas, no mês de novembro por ocasião da celebração do Dia Mundial dos Bandeirantes.

Parágrafo 1º- Fica estabelecido que cada Unidade dos Bandeirantes Locais reconhecida pela Federação de Bandeirantes do Brasil com sede no município de Rio Claro deverá indicar seus homenageados, não podendo repetir nos anos seguintes os mesmos ganhadores.

Parágrafo 2º- Serão homenageados **um** elemento do Ramo Fada e Mago (6 a 9 anos), **um** do Ramo B1 (9 a 12 anos), **um** do Ramo B2 (12 a 15 anos), **um** do Ramo Guias (15 a 18 anos), **um** coordenador e **um** membro da Diretoria de cada Unidade Bandeirantes Local.

Parágrafo 3º - Estas outorgas deverão ser encaminhadas ao Núcleo Bandeirantes de Rio Claro, ou outro órgão de nível superior da estrutura interna da organização dos bandeirantes e representante oficial da Federação de Bandeirantes do Brasil- Região São Paulo, para serem validadas.

Parágrafo 4º- O núcleo Bandeirantes de Rio Claro, ou outro órgão de nível superior da estrutura interna da organização bandeirantes poderá solicitar a outorga a um Antigo Bandeirante, depois de ouvido as Unidades Locais. Este antigo Bandeirante poderá residir ou não no município de Rio Claro.

Artigo 6º- A entrega da comenda será feita pelo Presidente da Câmara Municipal ou por quem dor designado para representá-lo, em cerimônia pública.

Artigo 7º- As despesas com a execução deste Decreto correrão por conta da Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Artigo 8- Este decreto entrara em vigor na data sua publicação.

Rio Claro, 17 de Setembro de 2015.



MARIA DO CARMO GUILHERME
VEREADORA LÍDER DO PMDB

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27/2015, PROCESSO Nº 14.484-471-15.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 27/2015, de autoria da nobre Vereadora Maria do Carmo Guilherme, que institui no Município de Rio Claro a “*Medalha de Mérito aos Bandeirantes*”.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

A instituição da referida medalha tem por objetivo homenagear e reconhecer os integrantes do movimento Bandeirantes filiados a Federação de Bandeirantes do Brasil.

R10 
224

Câmara Municipal de Rio Claro

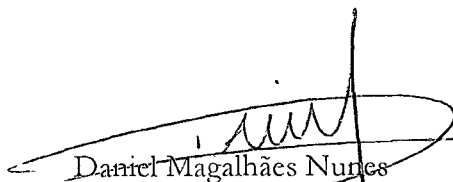
Estado de São Paulo

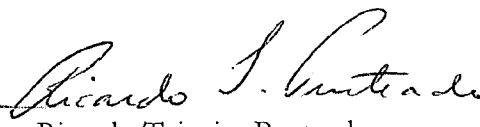
No aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal no artigo 3º, inciso XII, do atual Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no art. 15, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro, os quais dispõem que a Câmara Municipal deliberará, mediante resolução, sobre assuntos de sua economia interna e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de decreto legislativo.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Decreto Legislativo em apreço reveste-se de legalidade.

Rio Claro, 24 de setembro de 2015.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Pentead
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

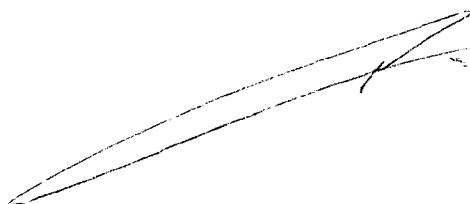
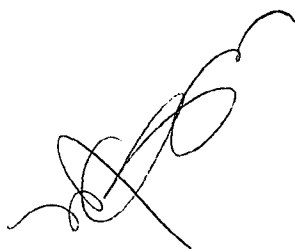
PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 027/2015

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Vereadora Maria do Carmo Guilherme – Institui no Município de Rio Claro, a Medalha de Mérito aos Bandeirantes.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 10 de dezembro de 2015.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

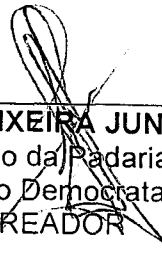
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 030/2015

Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense a Sr. Carlos Eduardo Altomar, pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio Claro.

Art. 1º - Fica conferido o Título de Cidadão Rio-Clarense a Sr. Carlos Eduardo Altomar pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio Claro.

Art..2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor, na data de sua publicação.

Rio Claro, 13 de novembro de 2015.



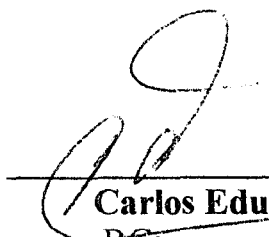
JOÃO TEIXEIRA JUNIOR
Juninho da Padaria
Líder do Democratas
VEREADOR

AUTORIZAÇÃO

Eu **Carlos Eduardo Altomar** , autorizo a Câmara Municipal de Rio Claro a conceder-me o Título de Cidadão Rio-Clarense, de autoria do Vereador João Teixeira Junior, “Juninho da Padaria”.

Sem mais, assino este presente.

Rio Claro, 13 de novembro de 2015



Carlos Eduardo Altomar
RG: 4908204-8
CPF: 403158008-87

HISTÓRICO CARLOS EDUARDO ALTOMAR

Nasci em São Paulo capital, onde vivemos por 40 anos. Em São Paulo atuamos sempre na área de produção em empresas multinacionais do ramos alimentício, tais como Kibon, Danone, Unilever.

A convite da então Fabrica de Balas São João, hoje Riclan, chegamos em Rio Claro em 1990 com a família, esposa Ivani Altomar e os filhos Alexandre e Vivian.

Em 1996, iniciamos a carreira de consultor atendendo fábricas de biscoitos por todo o território nacional.

O Alexandre cursava engenharia em Piracicaba e no pouco tempo que restava, começou a comercializar salgados congelados de uma empresa da capital.

Pouco tempo depois, iniciou a produção própria em uma pequena garagem na avenida 13, nascendo assim a Uai Salgados. Os negócios foram crescendo e mudamos para a Bela Vista, expandimos com uma segunda fábrica na Vila Paulista e posteriormente uma terceira unidade no Jardim São Paulo.

Em 2010 fechamos as três unidades e inauguramos a fábrica no endereço atual no Jardim São Paulo, em uma área de 3.000 metros quadrados.

Contamos com cerca de 350 colaboradores diretos.

A Uai Salgados é uma empresa familiar, sociedade composta por Alexandre e Carlos Altomar.

A competente gestão é do meu filho que conta com meu apoio técnico.

Minha esposa Ivani Altomar é professora de balé e tem uma academia na avenida 7, já há cerca de 20 anos.

A filha Vivian é veterinária e atua na Clínica Santa Clara na avenida Rio Claro.

Adotamos Rio Claro como nossa cidade, pela diferenciada qualidade de vida.

Ficamos felizes e honrados por tão nobre homenagem.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8230-S

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RÍDARDO WUNDERTON DAIRY

PROIBIDO PLASTIFICAR

5561-06777

IDENTIFICADOR TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.908.204-8 DATA DE EXPIRAÇÃO 14/SET/2010

NOME CARLOS EDUARDO ALTOMAR

FILIAÇÃO EUCLYDES ALTOMAR

E TEREZINHA DE JESUS FRANZINI ALTOMAR

NATURALIDADE S. PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 03/ABR/1950

DOC. ORIGEM SÃO PAULO-SP

SANTO AMARO

CC: LV.B86 /FLS.142 /N.024288

CPF 403158008-87

Dr. A. L. L. 159 Delegado Divisão de

CARLOS EDUARDO ALTOMAR

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

C/C

INSCRIÇÃO EM CN 03.04.50 403.158.008 27

CONTRIBUENTE

CARLOS EDUARDO ALTOMAR

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUENTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE REGISTRAÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUENTES

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUENTE

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30/2015 – PROCESSO N.º14521-508-15

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 30/2015, de autoria do nobre Vereador João Teixeira Junior, que confere o Título de Cidadão Rio-clarense ao Senhor Carlos Eduardo Altomar, pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal por estar previsto no artigo 213 da Resolução nº 244, de 16 de novembro de 2006 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro), que assim dispõe sobre a concessão dos títulos honoríficos:

"Artigo 213 – São títulos honoríficos:



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

I – Cidadão Rio-clarense;

II – Cidadão Emérito;

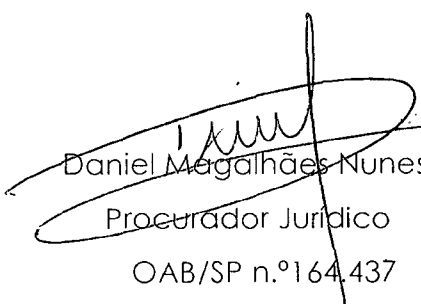
III – Medalha de Honra ao mérito"

Portanto, o pleito em referência encontra amparo legal no artigo 213, inciso I, do Regimento Interno desta Edilidade.

Finalmente, salientamos que, nos termos do artigo 213, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Edilidade, cada Vereador poderá outorgar anualmente somente um (01) título para cada um dos tipos especificados nos incisos I e II.

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica entende pela **legalidade** do Projeto de Decreto Legislativo em apreço.

Rio Claro, 02 de dezembro de 2015.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP n.º 164.437


Amanda Gaino Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP n.º 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

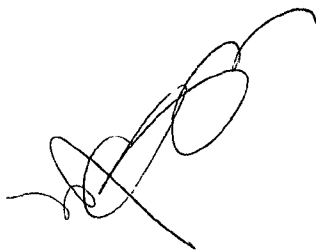
PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 030/2015

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador João Teixeira Júnior – Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Sr. Carlos Eduardo Altomar, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio Claro.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 10 de dezembro de 2015.



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 034/2015

(Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor SEBASTIÃO ROBERTO TALARICO, pelos relevantes serviços prestados à sociedade Rio-Clarense, nas áreas ambiental e de captação e administração de mão de obra, junto a empresa de grande porte).

Artigo 1º - Fica conferido o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor SEBASTIÃO ROBERTO TALARICO, pelos relevantes serviços prestados à sociedade Rio-Clarense, nas áreas de gestão ambiental e de captação e administração de mão de obra, junto a empresa de grande porte).

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 23 de Novembro de 2015.



JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU
Vereador "Julinho Lopes"
Vice-Presidente
Líder do PP

DECLARAÇÃO

SEBASTIÃO ROBERTO TALARICO DECLARA que é com grande honra que aceita a outorga do Título de Cidadão Rio-clarense, através da iniciativa do Vereador JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU (JULINHO LOPES).

Rio Claro 11 de Novembro de 2015.

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a final horizontal stroke, positioned above the printed name.

SEBASTIÃO ROBERTO TALARICO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES:
"SEBASTIÃO ROBERTO TALARICO"
"MÁRIA GIZELDA CARDOSO"

MATRÍCULA:
115543 01 55 1979 (2 00100 130 0019238-20)

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONJUGES

ELE: SEBASTIÃO ROBERTO TALARICO, nascido no dia vinte de janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco (21/01/1955), em São Carlos, SP, nacionalidade brasileira, filho de Vicente Talarico e de Ana Paglioli Talarico

ELA: MARIA GIZELDA CARDOSO, nascida no dia trinta e um de março de mil novecentos e cinquenta e sete (31/03/1957), em Corumbatai, SP, nacionalidade brasileira, filha de Orlando Cardoso e de Martha de Paula Pacheco Cardoso

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

TRINTA E UM DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E NOVE

DIA MES ANO

31 03 1979

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHO PARCIAL DE BENS

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

ELA: Continua a usar o MESMO NOME.

ELA: Passou a usar o nome de MARIA GIZELDA CARDOSO TALARICO.

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

NÃO HÁ.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
RIO CLARO, 22 de agosto de 2011

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
RIO CLARO, 22 de agosto de 2011
FIRMA 1
115543 01 55 1979 (2 00100 130 0019238-20)

PAULO FERNANDO PIRES DA SILVEIRA
OFICIAL

Reconheço a firma escrita de
PAULO FERNANDO PIRES DA SILVEIRA
Rio Claro, 22 de agosto de 2011.
Em fé da verdade.

1 Oficial

VALIDO SOMENTE DA SEDE DE AUTENTICIDADE

Valor Dobrado R\$3,50 e Taxa

Sem valor adicional

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede
Paulo Fernando Pires da Silveira - OFICIAL

Município e Comarca de Rio Claro - Estado de São Paulo

Rua 5, nº 540 - Centro - Rio Claro/SP - CEP: 13500-040 - tel.: (19) 3524-5020

Fone: (19) 3524-5020 - Fax: (19) 3524-5020 - e-mail: crcioclaro@terra.com.br

107804
1298G-AA

1298G-103001-115000-0511

ESTADO DE SÃO PAULO 8240-4
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

0600-093077

195 KATLEA BOUTILLAS

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL 8.775.837-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/AGO/2011

NOME SEBASTIÃO ROBERTO TALARICO

FILIAÇÃO VICENTE TALARICO

E ANA PAGLIONI TALARICO

NATURALIDADE S.CARLOS -SP DATA DE NASCIMENTO 20/JAN/1955

DOC ORIGEM RIO CLARO-SP
RIO CLARO
CC:LV.B100/FLS.0130/N.019238

CPF 776957398/04

195 Delegado Divisório
Roberto Talarico de Faria HRCO.SSPSP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31/2015 – PROCESSO N.º14522-509-15

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 31/2015, de autoria do nobre Vereador José Julio Lopes de Abreu, que confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor Sebastião Roberto Talarico, pelos relevantes serviços prestados à sociedade Rio-Clarense, nas áreas ambientais e de captação e administração de mão de obra, junto a empresa de grande porte.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal por estar previsto no artigo 213 da Resolução nº 244, de 16 de novembro de 2006 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro), que assim dispõe sobre a concessão dos títulos honoríficos:



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

"Artigo 213 – São títulos honoríficos:

I – Cidadão Rio-clarense;

II – Cidadão Emérito;

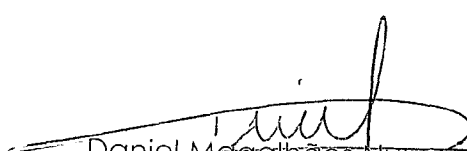
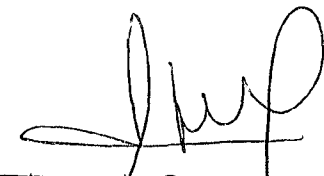
III – Medalha de Honra ao mérito"

Portanto, o pleito em referência encontra amparo legal no artigo 213, inciso I, do Regimento Interno desta Edilidade.

Finalmente, salientamos que, nos termos do artigo 213, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Edilidade, cada Vereador poderá outorgar anualmente somente um (01) título para cada um dos tipos especificados nos incisos I e II.

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica entende pela **legalidade** do Projeto de Decreto Legislativo em apreço.

Rio Claro, 02 de dezembro de 2015.

	
Daniel Megalhães Nunes	Amanda Gaino Franco Eduardo
Procurador Jurídico	Procuradora Jurídica
OAB/SP n.º 164.437	OAB/SP n.º 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 031/2015

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador José Júlio Lopes de Abreu – Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor Sebastião Roberto Talarico, pelos relevantes serviços prestados à sociedade Rio-Clarense, nas áreas ambiental e de captação e administração de mão de obra, junto a empresa de grande porte.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 10 de dezembro de 2015.

